

# Ler História

70 | 2017

A polícia e as polícias no mundo ibero-americano, séculos XIX e XX

Em debate

## A escrita da história na China: o historiador sem alternativa? Ensaio bibliográfico

*Historical writing in China: the historian without alternative? Review essay**L'écriture de l'histoire en Chine : l'historien sans alternative ? essai bibliographique*

ANTÓNIO VILHENA DE CARVALHO

p. 219-230

<https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2686>

### Resumos

Português English Français

A um interesse bem enraizado sobre a China e o seu passado, adiciona-se hoje uma crescente atenção dirigida à historiografia chinesa. A partir de duas obras recentes que tomam a escrita da história na China como objeto, procura observar-se de que modo os historiadores que aí exerceram o seu ofício desde as primeiras décadas do século XX incorporaram, numa tradição historiográfica milenar, as ideias e os discursos sobre a história vindos de fora. O protagonismo é dado ao historiador imerso no seu tempo, no ato de escrever a história, e perante as escolhas que esse tempo concreto lhe sugere ou lhe impõe.

In addition to a well-grounded interest in China and its past, an increasing attention is nowadays being paid to the Chinese historiography. Using two recent books on the writing of history in China as a starting point, this essay seeks to observe how historians, who have practiced their craft there since the first decades of the twentieth century, have incorporated foreign ideas and discourses about history into an ancient historiographical tradition. Prominence is given to the historian who, immersed in his time, has to deal with the choices that such a time suggests or imposes on his historical writing.

À l'intérêt bien enraciné pour la Chine et son passé, s'ajoute aujourd'hui une attention croissante portée à l'historiographie chinoise. À partir de deux ouvrages récents qui prennent l'écriture de l'histoire en Chine comme objet, on cherche à observer comment, depuis les premières décennies du XX<sup>e</sup> siècle, les historiens chinois ont incorporé des idées et des discours sur l'histoire venus d'ailleurs, dans une tradition historiographique millénaire. On s'intéresse avant tout au rôle de l'historien immergé dans son temps, dans l'acte d'écrire l'histoire, et plissé devant les choix que cette position suggère ou exige.

---

## Entradas no índice

**Mots-clés:** historiographie chinoise, histoire de la Chine, théorie de l'histoire, historiens (chinois)

**Keywords:** chinese historiography, history of China, theory of history, historians (China)

**Palavras chaves:** historiografia chinesa, história da China, teoria da história, historiadores (China)

---

## Texto integral

- 1 Liang Qichao, o intelectual chinês que na transição entre os séculos XIX e XX procurou introduzir as ideias nacionalistas na China, proclamava, num momento de particular fragilidade do seu país, que o único modo de o preservar da extinção iminente seria através da história: “se uma revolução historiográfica não se erguer, o nosso país não poderá ser salvo. De toda uma miríade de coisas apenas uma é importante. É absurdo que eu tenha de criar obras de nova historiografia, porém não tenho alternativa” (*apud* Jiang 2017, 79).
- 2 A importância mobilizadora da história, que Liang Qichao pretendeu reservar-lhe na sua “Nova Historiografia” (*Xin shixue*), ajuda a intuir por que é a escrita da história um assunto importante na China. Ao fim e ao cabo, ela corporiza a ligação a uma prática de muitos séculos. É certo que, de início, o historiador apenas escreve para o soberano e a sua corte, compilando os sucessos das dinastias anteriores, enquanto Liang, olhando para o futuro, pretende incutir consciência histórica em “novos cidadãos” (Zhang Xupeng 2015, 53). Mas mesmo sendo diferente a história que se escreve nos primórdios da dinastia Tang daquela que começa a tomar forma, e permeável às ideias que vêm de fora, muitos séculos depois, é indiscutível o peso que a escrita sobre o passado tem na China. Como lembra Simon Leys, quando reflete sobre o facto de não serem impressionantes os vestígios materiais de uma civilização milenar, “não se deve procurar a sobrevivência numa sobrenatureza que não se poderia apoiar nos monumentos e nas coisas – o homem só sobrevive no homem (...) por intermédio da coisa escrita” (Leys 2005, 24).
- 3 A China está muito presente no mundo contemporâneo. Da política aos negócios, da ciência à cultura, é considerável o impacto provocado pela modernidade chinesa e é intenso o debate sobre as perspectivas que se abrem à presença da China num mundo futuro. O interesse que fora da China suscita a sua história, por seu turno, não é de hoje, podendo ser recuado, pelo menos, à altura dos primeiros contactos com os impérios europeus. E se nas últimas décadas se foi consolidando a ideia, através de obras influentes como as de Kenneth Pomeranz (2000), John E. Wills Jr. (2011), Serge Gruzinski (2011) ou Odd Arne Westad (2012), de não ser já legítimo pensar a história mundial sem levar a China em consideração, começa também finalmente a ganhar forma um interesse que se estende à própria historiografia chinesa.
- 4 É disso que se ocupa este ensaio bibliográfico, tomando como pretexto duas obras recentes que têm precisamente como objeto a historiografia chinesa. São diferentes na sua génese e no seu propósito: num caso (Li Huaiyin 2013), temos um livro de autoria individual, que olha para a historiografia chinesa do século XX, e para o que ela produziu sobre a história moderna da China, a partir de um ponto de observação, a academia norte-americana, que lhe confere algum grau de independência; no outro caso (Zhang Haipeng 2015), temos uma obra coletiva, publicada com a chancela institucional e o comprometimento político da academia chinesa, que enuncia o modo como a escrita da história se colocou ao lado da política de abertura da China, gizada a partir do final dos anos 1970. Em qualquer dos casos, o foco é o historiador, observado no seu ofício de escrever a história.

# 1. Imaginação e autenticidade na historiografia chinesa

- 5 “A investigação imparcial dedicada à descoberta da verdade objetiva sobre o passado, que constituiu o *noble dream* para muitos historiadores do Ocidente, simplesmente não existiu entre a grande maioria dos historiadores chineses que escreveram sobre a história recente da China” (Li 2013, 6). É nestes termos que Li Huaiyin, autor do primeiro livro aqui em análise, se pronuncia sobre os historiadores que, ao longo do século XX, investigaram e narraram a história moderna da China. O livro teve significativa ressonância nos círculos da especialidade, principalmente no mundo acadêmico de língua inglesa.<sup>1</sup> O autor é ele próprio um historiador chinês, tendo adquirido formação em história na Universidade de Pequim, na década de 1980, onde lecionou durante alguns anos. Contudo, viria a completar a sua formação em universidades americanas na década seguinte, e é atualmente professor na Universidade do Texas (Austin). É, assim, a partir de um ponto exterior que Li Huaiyin reflete sobre o modo como os protagonistas da sua obra, os historiadores chineses, indagam e escrevem sobre o período da história da China que se estende desde a I Guerra do Ópio, em 1839, até ao advento da República Popular em 1949.
- 6 O relevo que lhes é dado permite-nos situá-los num tempo concreto. As interpretações que produzem sobre os eventos ou os processos históricos que investigaram não são dissociáveis do momento que viveram, das fidelidades ou das rivalidades que criaram, e das expetativas ou dos constrangimentos com que porventura terão realizado o seu trabalho. O historiador e o seu momento, imerso no contexto muito particular do conturbado século XX chinês, ajudariam por isso a compreender aquela que, de acordo com Li, é uma das características mais marcantes da produção historiográfica na China no período em referência: a sua politização extrema e a colocação do ofício de historiador ao serviço de interesses predominantemente presentistas.
- 7 A obra de Li parte, por conseguinte, de uma apreciação crítica da produção historiográfica chinesa do século passado. O *noble dream* da objetividade histórica, que seria o paradigma de outros espaços, cede lugar, na China moderna, à necessidade de “salvar a nação”. A reconstrução objetiva do passado, com base numa apreciação descomprometida das fontes – que Li Huaiyin considera ter tido uma tradição secular na China clássica (p. 5) –, está fora do universo limitado de possibilidades do historiador chinês da época em questão, excessivamente envolvido no combate político e ideológico. O historiador chinês servir-se-ia por isso, em grande medida, de “narrativas” – conceito que Li vai beber diretamente em Hayden White –, ou seja, de modos não neutros de relatar o passado, para as quais transpõe os preconceitos que resultam da sua contingência pessoal, ou de “macro-narrativas”, sempre que o propósito é o de converter “o passado aparentemente caótico e fragmentado em algo coerente, dirigido a objetivos e politicamente significativo” (p. 261).
- 8 Em *Reinventing Modern China*, Li Huaiyin apresenta aquelas que em seu entender serão as duas macro-narrativas predominantes e concorrentes, que tomam a história da China moderna como objeto: a narrativa da modernização, prevalecente durante o período nacionalista da primeira metade do século, centrada numa visão pessimista de uma China fraca, atrasada e dominada por interesses estrangeiros, e a narrativa revolucionária, que tendo coexistido com a primeira durante as décadas iniciais do século XX, se consolida durante a República Popular, olhando para o passado recente da China de acordo com o cânone marxista da luta de classes. A narrativa da modernização regressaria na era pós-Mao, adquirindo então um tom otimista. A China entra num período de reformas que a trazem para um novo patamar de desenvolvimento económico e social, obrigando os que olham para a sua

história recente a procurar os sinais positivos que o propiciaram. Li termina, porém, a apresentação das suas macro-narrativas com algum desencanto, ao considerar que, na transição do século XX para o XXI, os historiadores chineses se desinteressaram de produzir grandes explicações sobre o passado, refugiando-se na micro-história de carácter local ou regional. Perante a crise das grandes narrativas, porque é desta forma que caracteriza a produção historiográfica da China contemporânea, Li proporá no final da sua obra um modo alternativo de olhar a história moderna da China.

9 Antes de se proceder a uma descrição mais detalhada do modo como o autor apresenta cada uma das fases aqui descritas, justifica-se fazer duas ressalvas. A primeira, para referir, como já atrás se aludiu, que embora a China disponha de uma tradição historiográfica própria de muitos séculos, sendo a reflexão sobre a história um tópico que podemos situar num passado longínquo, não esteve no entanto imune, ao longo do século XX, a influências que abalaram o seu modo de olhar o mundo. São estrangeiras as principais doutrinas e teorias que influenciaram tanto a macro-narrativa da modernização como a revolucionária; é nas academias europeias ou americanas que recebem formação muitos dos historiadores chineses que as defendem ou que a elas se opõem; são europeus ou americanos os autores que enquadram a sua reflexão – Marx ou Max Weber, Habermas ou Fernand Braudel, Ginzburg ou Koselleck, em maior ou menor medida, são pensadores conhecidos da academia chinesa e aí são traduzidos e lidos; e, numa época em que, segundo Li, os historiadores chineses passam a descrever da capacidade explicativa das macro-narrativas, é ainda aos autores pós-modernistas estrangeiros que irão recorrer para fundar os alicerces de uma “nova história social” (p. 253). Portanto, se é certo que é o passado da China a matéria-prima sobre a qual se trabalha, o quadro mental com que é feito continua ainda, em parte, tributário de um pensamento sobre a sociedade e a história que tem a sua origem longe dela.

10 A segunda ressalva prende-se com a validade universal do exercício de Li Huaiyin. Embora tomando a China e a sua história recente como pretexto, é o historiador e a circunstância em que este se move e trabalha o seu principal objeto. Observando o historiador no seu *métier*, verificamos como nele ressoam as crises, as guerras, os projetos falhados, as ideias visionárias, os conflitos entre pares, as ameaças à própria sobrevivência, e toda uma gama de experiências vividas que ele transpõe, de modo deliberado ou inconscientemente, para a história que lhe é dado narrar. Vê-lo-emos reconhecendo ter errado, tanto “ao usar o passado para falar do presente” (p. 146), como no imediato proceder de modo contrário, tão depressa fazendo uso criterioso das fontes que orientam o seu trabalho, como de seguida mitificando o passado, por se crer vinculado a um imperativo político qualquer.

11 Vejamos, agora, de que modo Li Huaiyin caracteriza a sucessão de grandes narrativas que, segundo ele, enformaram a produção historiográfica chinesa no período em análise. A narrativa da modernização ganha relevo pelos anos 1930, período durante o qual se vive na China “um momento crítico na história política e intelectual do século XX” (p. 34). O governo nacionalista do *Guomindang* fora estabelecido pouco tempo antes, a China recupera a custo de longas guerras civis que condicionaram o seu desenvolvimento económico, e a ocupação da Manchúria pelo Japão, logo no início da década, traz consigo desafios de tipo novo.

12 É neste contexto que historiadores como Jiang Tingfu (com formação académica na Columbia University, nos EUA), e Chen Gonglu, conscientes da imperiosa necessidade de a China se modernizar sob pena de não sobreviver, olharão para o século anterior, procurando encontrar aí os indícios que porventura sirvam de orientação para o presente. Será esta a razão que os leva a dar prioridade ao estudo das tentativas de reforma levadas a cabo na segunda metade do século XIX – o *Self-strengthening movement* dos anos 1860 a 1890 e a reforma dos 100 dias de 1898, em primeira linha – e a desconsiderar a importância de eventos como as rebeliões

populares Taiping e dos Boxers. Avaliando positivamente os esforços realizados por alguns dos promotores das reformas, encontram as razões do seu fracasso em condições intrínsecas à própria China, ao seu conservadorismo, ao seu apego a tradições culturais ultrapassadas, e à sua visão etnocêntrica do mundo.

13 A importância das elites na condução dos processos reformistas é valorizada, e a existência de um estado forte e centralizado é vista como uma pré-condição para o seu sucesso. Numa clara alusão às circunstâncias do presente, com o *Guomindang* sob fogo da opinião pública pela política de contemporização perante o ocupante japonês, os historiadores esforçar-se-ão por louvar a política realista seguida por alguns dos responsáveis da dinastia Qing por, em momentos cruciais, terem tido a sabedoria de não afrontar diretamente as potências estrangeiras. Ainda que o comprometimento político dos historiadores que refletem sobre a questão da modernização da sociedade chinesa seja notório – alguns deles, como Jiang Tiangfu, ocupando lugares de responsabilidade na governação nacionalista –, preocupar-se-ão, mesmo assim, em dar algum cunho de cientificidade e de independência à sua investigação. Seguirão por isso de perto, de acordo com Li, metodologias importadas das escolas empiristas europeias ou da *New History* americana (p. 58).

14 Os historiadores serão chamados de novo a desempenhar um papel crucial no combate político pela supremacia na China nos anos que antecedem a República Popular. Segundo Li, o Partido Comunista Chinês (PCC) tinha como único recurso pedir auxílio à história quando as tensões no interior do regime nacionalista comprometiam a sua legitimidade (p. 105). Dedicando três dos capítulos da sua obra à narrativa revolucionária, no primeiro deles procura demonstrar como Fan Wenlan, amigo pessoal de Mao Zedong, assume o protagonismo na tarefa de desmascarar os “capituladores”, aqueles que na história da China se vergaram aos interesses estrangeiros. Embora não tendo formação marxista, será igualmente Fan a dar voz ao povo anónimo ausente das narrativas de Jiang Tingfu, que corporiza as rebeliões populares do século anterior, sejam senhores feudais ou imperialistas estrangeiros os seus antagonistas. Num modo narrativo que, segundo Li, tem mais a ver com a literatura do que com a ciência, e por esse motivo é pouco consentâneo com uma reconstrução objetiva do passado, Fan Wenlan lança as bases de uma visão alternativa da história moderna da China. Outros eventos são então destacados, invertendo-se os papéis e os rótulos de quem participa na ação.

15 A chegada do PCC ao poder não deixará de produzir consequências no modo de fazer história. A mais extrema é a de que será a narrativa revolucionária a única com legitimidade para se afirmar, sendo a partir dela que se ensinará história nas escolas ou se investigará nas academias. Da sua posição hegemónica, resultará algo que Li caracteriza como “disciplinação” da história: a imposição de modelos, de conceitos, de premissas, de esquemas interpretativos, que devem estar presentes em qualquer investigação. E resultará também, não sem que antes se tenha assistido a intenso debate, à consagração da luta de classes como a principal ferramenta analítica que o historiador deverá levar em linha de conta, ao debruçar-se sobre a história da China moderna.

16 O denominado “Grande Salto em Frente”, de finais da década de 1950, e a Revolução Cultural que, depois de um curto intervalo, se lhe seguiu, contribuíram, na perspetiva de Li, para uma nova fase, que caracteriza de “radicalização”. Sendo momentos em que se faz sentir um apelo muito forte à utilização da história no combate político que se trava no interior do próprio PCC, Li Huaiyin defende igualmente que este movimento de radicalização da história representa também um confronto eminentemente geracional, opondo historiadores seniores, a maioria deles com formação académica anterior ao advento da República Popular, e jovens historiadores que lutam pelo protagonismo que com frequência lhes é negado. “Tomar notas, servir água fervida, limpar a sala ou comprar produtos” (p. 142), é o modo cru como Li descreve o papel reservado aos assistentes por ocasião das

reuniões de faculdade. A humilhação pública e a perseguição a que foram sujeitos muitos académicos durante a Revolução Cultural, seria em parte explicável à luz de um quadro de relações que é violentamente sacudido quando esta se põe em marcha.

17 O fim da Revolução Cultural encarregar-se-á de repor um pouco da ordem anterior. Jian Bozan, um dos mais influentes académicos da época, e durante muitos anos diretor do Departamento de História da Universidade de Pequim, lança o mote: “No estudo da história, primeiro a ciência e depois a revolução” (p. 149). O regresso às tendências historicistas no final dos anos 1960, olhando para as fontes em detrimento das teorias, alicerçando o exercício da função de historiador em formação sólida, e distanciando a produção historiográfica do combate político diário, é a prova, segundo Li, da “tenacidade da tradição liberal partilhada pelos historiadores seniores, apesar da fidelidade destes à nova ortodoxia marxista na escrita histórica” (p. 150). Tradição liberal que seria aliás confirmada na transição da década de 1970 para a de 1980 através do *New Enlightenment movement*, ao qual Li Huaiyin dedica todo um capítulo, movimento que em seu entender dá o mote para o debate sobre se as reformas graduais não serão afinal preferíveis às revoluções.

18 As reformas lançadas por Deng Xiaoping na era pós-Mao trarão consigo um realinhamento da investigação em história, marcando o regresso da narrativa da modernização. Acompanhando o ritmo imposto por Deng para a transformação da China numa sociedade também capitalista, é agora a modernidade e os seus fundamentos que interessam ao historiador. Mas, ao contrário daqueles que, nas décadas de 1930 e 1940, procuraram as causas de um encontro pretensamente falhado da China com a modernidade, os historiadores do final do século XX estavam agora mais interessados nos sinais positivos que fundamentassem o rápido desenvolvimento económico do país. Num modo narrativo que Li caracteriza de otimista, e sob influência das ideologias liberais do Ocidente, em especial da teoria da modernização (p. 235), a investigação centra-se sobretudo nas “Novas Políticas” do final da dinastia Qing – transformação radical do sistema jurídico, reformas na educação, tentativa de criação de uma monarquia constitucional –, na emergência de uma sociedade civil em termos hipoteticamente comparáveis ao que ocorrera no Ocidente, ou nos benefícios trazidos pelas concessões estrangeiras presentes na China litoral.

19 Na transição para o século XXI assistir-se-ia, entretanto, na perspetiva de Li Huaiyin, ao desencanto com as grandes narrativas e à sua crise, inaugurando um estádio que o autor caracteriza como de “involução” na historiografia chinesa (p. 260). Esse desencanto levaria os historiadores a abandonar de modo progressivo a história política, centrando a sua atenção na história social e cultural; a conduzirem as suas investigações numa escala micro, refugiando-se na história quotidiana, já não das elites mas da gente comum, a um nível local e regional; a deixar-se encantar pela sedução pós-modernista que importam de escolas estrangeiras, abandonando a profissão de fé na objetividade em história que fora a forma de combate preferida dos que antes se haviam oposto às tentativas de radicalização da disciplina.

20 Ao desencanto com as macro-narrativas, soma-se o desalento de Li Huaiyin sobre este estado de coisas. Censurando a dependência dos historiadores da atualidade em relação a um novo conjunto de quadros teóricos importados do Ocidente, que impuseram a si mesmos (p. 255), crê no entanto que há ainda margem para um novo paradigma na reconstrução do passado. As últimas páginas da sua obra dedica-as, por isso, a enunciar aquelas que seriam as bases de uma nova síntese interpretativa da história da China moderna. Assim, em vez das construções teleológicas anteriores, que partiriam de uma “*after-the-fact perspective*”, importa agora concentrar a atenção numa “*within-time perspective*” que analisa a história do ponto de vista do momento em que o evento ocorre e se desenvolve, sem assumir como inevitáveis as consequências desse evento, e olhando para a história moderna da China como um processo inacabado em direção a um objetivo que permanece indefinido, à medida

que a China enfrenta o século XXI (pp. 271-272). Em vez do fim da história, para onde apontam as macro-narrativas dominantes, sugere uma história em aberto, para que nela venha a caber a vasta gama de possibilidades que agora se oferecem à China contemporânea.

- 21 No momento de ensaiar uma síntese da obra de Li Huaiyin, ocorrem-nos as palavras de Georges Duby quando este sugere que o historiador deve estar à escuta de tudo, em particular à escuta do mundo que o envolve (*apud* Bédarida 1996, 136). É essa escuta do mundo que está muito presente entre os protagonistas de *Reinventing Modern China*. É um mundo chinês, é certo, mas descontada essa concreta singularidade, a ocasião rara que Li proporciona de espreitar para a função do historiador, colocando-o em ação por um período alargado de tempo, confere à sua obra um interesse que está muito para lá do horizonte que toma como referente. Sendo uma descrição das condições de produção historiográfica num espaço e num tempo determinados, não deixa de ser, de igual modo, um convite à reflexão geral sobre o historiador e o tempo presente, sobre a forma como este integra o mundo que escuta na reconstrução que realiza do passado.

## 2. “Voo de pássaro” sobre a historiografia chinesa

- 22 Três décadas passadas sobre a política de reformas de Deng Xiaoping no final da década de 1970, a academia chinesa sentiu ter chegado o momento de fazer um primeiro balanço, dirigido sobretudo à comunidade científica internacional, sobre o modo como a investigação em história se colocara ao lado da abertura ao mundo gizada pelos seus líderes. Pequim será então o palco, em setembro de 2007, de um simpósio sobre a historiografia chinesa organizado conjuntamente pela Academia Chinesa de Ciências Sociais, pela Associação de Historiadores Chineses e pelo Comité Internacional de Ciências Históricas. As comunicações aí apresentadas serão objeto de publicação em língua chinesa em 2008, de que se fará posteriormente uma edição em língua inglesa (Zhang Haipeng 2015), oferecida a todos os participantes do XXII Congresso Internacional de Ciências Históricas, pela primeira vez realizado numa cidade asiática (Jinan).
- 23 Com um título simples e direto – Trinta Anos de Estudos Históricos na China (em tradução literal portuguesa) –, esta obra é composta por um capítulo introdutório do seu coordenador, Zhang Haipeng,<sup>2</sup> que à altura da edição em língua inglesa é o presidente da Associação de Historiadores Chineses, e por mais 21 capítulos assinados por académicos chineses. O livro pretende essencialmente demonstrar que a China, entretanto liberta do extremismo esquerdista do “Bando dos Quatro”, que incendiou a academia durante a Revolução Cultural (p. 2), acompanha agora, a par e passo, as atuais tendências da historiografia noutros quadrantes geográficos. Assim, após o *bird’s-eye view* de Zhang sobre os estudos de história na China nas últimas décadas, e descontados alguns capítulos dirigidos a tópicos mais “sino-centrados”, é possível através deste livro conhecer o que em três décadas se produziu de melhor, por exemplo, em matéria de história global, história local e regional, história económica e social, história intelectual, história urbana, história de ciência, filosofia da história ou ensino da história.
- 24 O capítulo introdutório, de Zhang Haipeng, fornece a chave sobre o modo de ler estes capítulos, dando-nos em simultâneo a visão oficial de quem tem por missão estabelecer o caminho a trilhar. O “voo de pássaro” não serve apenas para observar melhor a partir de uma perspetiva superior, tem também por fim estabelecer os limites do que pode ou não pode ser observado.
- 25 A primeira nota a fazer a propósito da introdução de Zhang é a de que também ele não se furta a entrar na discussão, que vimos perpassar por toda a obra de Li

Huaiyin, sobre qual o paradigma à luz do qual deve ser entendida a história moderna da China: revolução ou modernização? Como o contexto em que Zhang escreve é o de uma China confiante, com o esforço de três décadas a colocá-la num dos lugares cimeiros da economia mundial, percebe-se que em certa medida conclua ser aceitável “aplicar a perspectiva da modernização ao estudo da história moderna da China” (p. 6). Mas logo sossega a consciência dos que ainda creem no dogma do materialismo histórico que dá à revolução o protagonismo principal, quando afirma ser indesejável pôr irremediavelmente de lado a perspectiva da revolução.

26 É esse mesmo espírito de compromisso que reconhecemos em Zhang Haipeng quando este, assumindo as suas responsabilidades institucionais, se dirige ao historiador chinês, explicando-lhe quais as ferramentas de que se deve servir no seu trabalho intelectual: é ainda o marxismo e a sua luta de classes, é de novo o pensamento historiográfico provindo da antiguidade chinesa, ou são antes as ideias e as teorias ocidentais que impregnaram, entretanto, os académicos chineses? Numa paradoxal simbiose, Zhang dirá que é tudo isso em simultâneo: “neste novo período histórico, os historiadores chineses necessitam de recorrer intensamente à historiografia tradicional chinesa e às teorias do Ocidente, sob orientação das teorias marxistas, procurando inovar em direção a uma teoria da história, conceitos e sistemas chineses” (p. 7). Um quadro que deixará certamente o historiador numa espécie de perplexidade teórica, com dificuldade em decidir sobre que “amo” respeitar, mas do qual se retira, como principal lição, que a história a escrever na China há de ser, à semelhança do que ocorre noutros domínios, uma história com características chinesas.

27 O mesmo desejo de apropriação da história por um prisma próprio, podemos observá-lo quando Zhang Haipeng enuncia como deve o historiador chinês lançar-se na aventura da escrita de uma história global. À visão eurocêntrica, que reconhece ter sido durante tanto tempo dominante, ainda que não negue “o facto histórico de a Europa e o Ocidente terem desempenhado no passado um papel central na história mundial”, propõe agora “a construção pela China da sua própria história mundial” (pp. 17-18). Os historiadores chineses, “de mente aberta, tolerantes e disponíveis para aceitar diferentes visões” (*ibidem*), com os pés bem assentes no mito de uma China benevolente nos seus contactos com terceiros, tão caro à propaganda chinesa, estão agora prontos para responder à chamada de uma China que procura consolidar uma presença à escala global.

28 A apropriação da história da China pelos historiadores chineses, não deixa, porém, de comportar algum risco. Paul A. Cohen, o académico americano autor de *Discovering history in China: American historical writing on the recent Chinese Past*, que no início dos anos 1980 censurou os seus pares por conduzirem as suas investigações na assunção de que qualquer mudança ocorrida na China nos séculos XIX e XX seria o resultado do impacto provocado pelo Ocidente, numa visão que apelidou de *Western impact / Chinese response approach* (Cohen 2010, xl), propôs em alternativa uma *China-centered approach* para a escrita da história da China. Olhar para esta nos seus próprios termos e de acordo com os seus singulares pontos de vista, em lugar de considerá-la uma mera extensão da história do Ocidente (Cohen 2010, 6-7), foi a pedrada no charco que levou, em grande medida por influência da obra de Paul A. Cohen, a uma inflexão na historiografia americana sobre a China.

29 Mas foi o mesmo autor que alguns anos depois, no novo prefácio que adicionou à reedição da sua obra em 2010, alertou para as distorções que o uso normativo da *China-centered approach* é suscetível de provocar quando a investigação se dirige a temas com alguma dimensão transnacional. E deu-nos, a este propósito, alguns exemplos: a inserção da China na história global, tal como estudada por Kenneth Pomeranz; a sua simultânea pertença a um quadro regional homogéneo herdeiro de um sistema tributário que, embora tendo a China no seu centro, gera uma complexa rede de relações que se estende da Ásia oriental ao sudeste asiático; a existência no



seu próprio interior de grupos étnicos não-Han, como os manchus, que tiveram papéis determinantes na história moderna da China; os chineses muçulmanos, com laços a uma religião de dimensão universal e, no caso do Xinjiang, com traços culturais identitários mais próximos dos dos seus vizinhos da Ásia central; a comunidade chinesa na diáspora, que embora mantendo-se fiel à sua cultura de origem, não deixou de contrair novas fidelidades nos territórios onde se instalou. A conclusão que tira, depois de enumerar estas possíveis áreas de investigação que implicam uma perspectiva de abertura e de descompromisso, é a de que elas são por si só capazes de remover alguns dos muros artificiais que foram erigidos à volta da China ao longo de séculos (tanto pelos chineses como pelos ocidentais) e de subverter por essa via as análises paroquiais sobre o passado chinês (Cohen 2010, lii).

30 Para terminar, vale a pena lembrar o primeiro tratado de teoria da história escrito na China, que data do ano 710 da nossa era. O seu autor, Liu Zhiji, viu-se na necessidade de abandonar o conforto dos gabinetes onde a história oficial era escrita a mando do Imperador, para encontrar, sem constrangimentos de qualquer espécie, os princípios basilares que deveriam reger o ofício de historiador. Entre eles, o compromisso com a objetividade e a neutralidade, postos ao serviço da reconstrução fiel do passado (Zhang Xupeng 2015, 48-49). Em muitos dos historiadores chineses que são estudados na primeira obra aqui analisada (Li Huaiyin 2013), esse compromisso falhou, por razões variadas. Por outro lado, não é de excluir que alguns dos historiadores que auxiliaram Zhang Haipeng a fazer o balanço da historiografia chinesa das últimas décadas, tenham, em algum momento, acusado o peso normativo das instituições oficiais. Mas o que hoje parece indiscutível é que uma nova geração de historiadores chineses, dispendo das ferramentas adequadas, de formação académica sólida, de um lastro historiográfico antiquíssimo e de um acesso privilegiado às fontes, tem pela frente múltiplas alternativas por forma a dar à escrita da história na China o relevo global que durante tanto tempo lhe foi negado.

## Bibliografia

Bédarida, François (1996). "Les responsabilités de l'historien expert", in Jean Boutier; Dominique, J. (eds), *Passés recomposés: champs et chantiers de l'Histoire*. Paris: Éditions Autrement, pp. 136-144.

Cohen, Paul A. (2010). *Discovering history in China: American historical writing on the recent Chinese Past*, 2nd ed. New York: Columbia University Press (1st ed: 1984).

Gruzinski, Serge (2011). *L'Aigle et le Dragon: Démesure européenne et mondialisation au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Fayard.

Jiang Mei (2017). "New Historiography for the cultivation of the character of the 'new citizen': Liang Qichao's ideas of history education and their practice". *Chinese Studies in History*, 50 (2), pp. 76-88.

DOI : 10.1080/00094633.2017.1302267

Leys, Simon (2005). *Ensaaios sobre a China*. Lisboa: Livros Cotovia.

Li Huaiyin (2013). *Reinventing modern China: imagination and authenticity in Chinese historical writing*. Honolulu: University of Hawai'i Press.

Pomeranz, Kenneth (2000). *The great divergence: China, Europe and the making of modern world economy*. Princeton: Princeton University Press.

Westad, Odd Arne (2012). *Restless empire: China and the world since 1750*. New York: Basic Books.

Wills Jr., John E. (2011). *China and Maritime Europe, 1500-1800: Trade, Settlement, Diplomacy, and Missions*. Cambridge: Cambridge University Press.

Zhang Haipeng (ed) (2015). *Thirty Years of Chinese History Studies*. Beijing: China Social Sciences Press.

Zhang Xupeng (2015). "In and out of the West: on the past, present, and future of Chinese historical theory". *History and Theory*, 54, pp. 46-63.

DOI : 10.1111/hith.10778

---

## Notas

1 Refiram-se, entre outras, as recensões de Paul A. Cohen em *The American Historical Review*, 118 (4), 2013, pp. 1146-1147; de Paul G. Pickowicz no *Harvard Journal of Asiatic Studies*, 74 (1), 2014, pp. 167-176; de Rebecca E. Karl, publicada em *The China Quarterly*, 220, 2014, pp. 1169-1171; de Qian Zhu Pullen em *The China Journal*, 72, 2014, pp. 227-229; e o extenso ensaio bibliográfico de Zhao Qingyun no *Journal of Modern Chinese History*, 8 (2), 2014, pp. 230-257.

2 “A Bird’s-Eye View of Contemporary Chinese Historical Studies”, pp. 1-21.

---

## Para citar este artigo

### Referência do documento impresso

António Vilhena de Carvalho, « A escrita da história na China: o historiador sem alternativa? Ensaio bibliográfico », *Ler História*, 70 | 2017, 219-230.

### Referência eletrónica

António Vilhena de Carvalho, « A escrita da história na China: o historiador sem alternativa? Ensaio bibliográfico », *Ler História* [Online], 70 | 2017, posto online no dia 12 setembro 2017, consultado no dia 01 novembro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2686>; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2686>

---

## Autor

### António Vilhena de Carvalho

Universidade Católica Portuguesa e PIUDHist - Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, Portugal

[avilhena@oninetspeed.pt](mailto:avilhena@oninetspeed.pt)

---

## Direitos de autor



*Ler História* está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.